

Despesa com pessoal é caso mais comum de 'uso indevido'

Auditoria também aponta fraudes na prestação de contas e duplicidade na cobrança de remédios

A Fundação Adib Jatene, criada em 1984 para dar suporte ao Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, é uma das que a auditoria da Procuradoria-Geral da República acusa de desvio de verbas do Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a auditoria, a fundação recebe os repasses do faturamento do Dante Pazzanese integralmente, mas só aplica 12,5% do valor global na movimentação do hospital (despesas com medicamentos, tomografia, fisioterapia, contratos de serviços), gastando média de 79% com pessoal (encargos gerais, vales-transportes, vales-refeições, cestas básicas).

Os peritos que examinaram a contabilidade da fundação dizem que "não há extratos bancários demonstrativos de aplicações financeiras, impossibilitando a comprovação dos saldos existentes". Entre 1991 e 1994, foram "indevidamente" usados pela fundação 23,1 milhões de Ufirs (R\$ 19,1 milhões).

A fundação liberou verba para a folha de pessoal dos Hospitais de Vila Nova Cachoeirinha, Taipa, São Mateus, Vila Penteado, Complexo Hospitalar do Mandaqui e Castelo Branco. Em 92, a Secretaria da Saúde repassou recursos à fundação para comprar equipamentos para ela e 11 hospitais estaduais. A escolha dos fornecedores teria sido feita pelo gabinete do secretário à época, sob alegação de emergência. Os auditores identificaram fraudes nas propostas e superfaturamento.

A perícia médica examinou 463 contas hospitalares e prontuários do Dante Pazzanese relativos a setembro de 1994. E encontrou 61,04%

(equivalentes a 261 contas) de Autorizações de Internação Hospitalar (AIH) "com irregularidades".

Na Fundação Euryclides Zerbini, instituída em 1978 para "dar sustentação" ao Instituto do Coração (Incor), que pertence à estrutura do Hospital das Clínicas, os peritos apontam "irregularidades na prestação de contas". Entre 1991 e 1994, houve "despesas administrativas indevidas" que somam 1,8 milhão de Ufirs (R\$ 1,5 milhão). Há casos de "cobrança em duplicidade de medicamentos usados em cirurgias" e irregularidades na cobrança de contas hospitalares do sistema AIH.

Dos 895 prontuários de setembro de 94 analisados, 130 "apresentaram inicialmente alguma forma de irregularidade", como ausência de notas fiscais e emissão indevida de AIH.

A Fundação do Fígado surgiu em 1986 para dar apoio à Unidade do Fígado do HC. Entre 1992 e 1994, houve aplicação irregular de cerca de 11,4 milhões de Ufirs (R\$ 9,4 milhões). "Embora repassados para financiar ações e serviços de saúde, 62,21% dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde

e Secretaria da Saúde foram utilizados no pagamento de despesas administrativas, de pessoal, encargos sociais e serviços de terceiros."

Outro acusado é o Centro de Estudos e Pesquisas Doutor João Amorim, que administra o hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Desenvolvimento Infantil, cujo faturamento é sua principal fonte de receita — corresponde, em média, a 86,66%. Entre 1991 e 1994, a fundação aplicou irregularmente 1,9 milhão de Ufirs (R\$ 1,6 milhão). Segundo os auditores, pagou combustível e manutenção de veículos que não são de sua frota, contratou pessoal sem concurso e comprou bens desnecessários. (F.M.)

PERITOS
ACHAM FALHAS
EM GUIAS DE
INTERNAÇÃO